

Memórias Pós-coloniais e Performance Cultural

Jamilson Oliveira de Sousa¹

Resumo:

Este artigo aborda, por meio de um estudo de caso, em sua primeira parte, as questões das memórias pós-coloniais dos povos afro-brasileiros, revisitando as narrativas dos contextos educacionais, na segunda parte, fazendo uma relação com a contemporaneidade, propõe possíveis nuances de aplicação destas memórias como ferramentas de ensino-aprendizagem da educação formal, analisando a possibilidade de uma reflexão sobre as narrativas das tradições populares, na terceira parte apresenta a performance Nego Fugido de Acupe², e finaliza discutindo sua importância na promoção de fala e representação de um grupo social, apresentando uma proposta de objeto de ensino-aprendizagem por meio de conexão com autores que abordam questões culturais e das artes cênicas, assim como promove reflexão sobre a lei 10.639/03³

Palavras-Chave: Memória, Cultura, Performance, Ensino, Aprendizagem

Contextualização histórica afro-brasileira.

A sociedade contemporânea tem apresentado constantemente diversas possibilidades de leituras de seus desdobramentos políticos e culturais. A atual organização social é o resultado de um processo de evoluções de sistemas políticos diversos e, por isso, não podemos generalizar o entendimento da sociedade como um todo; embora, podemos entender como funciona determinados fragmentos desta. De modo geral os conflitos sociais configuram relações entre dominadores e dominados, o ambiente social é por essência competitiva, e pode em seus indivíduos identificar diferentes níveis de forças biológicas e intelectual, as forças biológicas refere-se as

¹ Discente de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade - UEFS, Especialista em Gestão Cultural – UFBA, Bacharel em Artes –UFBA.

² Território negro e indígena, cidade do recôncavo baiano à 94 km de Salvador.

³ Lei que torna obrigatório o estudo da cultura afro-brasileira na educação formal, no Brasil.

características físicas atribuídas a determinado ser. Numa produção dinâmica de texturas e contextos sociais, “a cultura ao mesmo tempo em que é produção social, produz a sociedade, construindo um plano independente da vida social, com sua própria dinâmica, envolvendo seus próprios mecanismos de comunicação e de transmissão” (BANDEIRA 1995, p. 10).

Historicamente os indivíduos que compõe determinada sociedade buscam estratégias de ampliar sua força de dominação. O desenvolvimento da intelectualidade ocorre também em detrimento das estratégias de dominação, no Brasil é possível observar estes conflitos sociais por meio das desigualdades, em um resgate da memória brasileira observamos a disparidade entre as realidades sociais desde o processo de colonização, o Brasil é um país que segundo a história registrada e transmitida por meio de materiais didáticos em transmissão de saberes formais foi “descoberto” em 1500 pelos portugueses.

A educação formal nos afirmou por muito tempo, conforme observado e registrado por datas cívicas, livros de história e relatos de alguns professores, que é da coroa de Portugal o mérito pelo desenvolvimento de sociedade brasileira. Os portugueses, segundo a história escrita e assimilada como verdade catequizou, educou e escravizou, e ainda assim lhes são atribuído o mérito da bondade. É possível estabelecer uma análise entre a sociedade contemporânea e a sociedade colonial por meio de verificação de fatores como causa e efeito alienados ao processo de colonização. As relações entre dominadores e dominados nas sociedades são de fato irrigadas pelas origens e contextos históricos, assim como os livros atualmente distribuídos pelo Ministério da Educação apresenta informações conflituosas sobre a descoberta de um continente o qual antes já era habitado por índios, e surge então questões referentes a, como descobrir um continente já habitado? Ou ainda, Como atribuir sentido novo ao já existente? Sim, pois a primeira verdade imprecisa do processo de colonização é sobre a ideia da “descoberta” do Brasil.

A colonização do Brasil após a referida “descoberta”, vem por meio das estratégias de dominação cultural, transmitir, através dos livros da educação formal, diversos outros argumentos que se desconstrói pela própria história contada.

Percebemos então que se já existia uma realidade indígena que, até então eram os únicos habitantes deste continente. É impossível negar a ideia de tribo indígena como organização social, nas tribos indígenas há relações pessoais baseadas por princípios específicos e também podemos encontrar as forças biológicas e intelectuais personificadas nas figuras que integram o coletivo tribo, assim a mulher tem uma função social, o homem possui outra, as crianças desempenham funções próprias, o pajé é uma espécie de figura da soberania e demais outras relações sustentam uma tribo. Um coletivo de pessoas que vivem em colaboração mútua num determinado espaço chamado aldeia. “Precisamos conhecer um pouco mais as discussões sobre nossos povos indígenas, com os quais trabalharemos em nossas salas de aula, para não repetirmos o que é recorrente em várias escolas brasileiras” (PEREIRA, p. 148).

Além da mencionada “descoberta” portuguesa que tomou o pertencimento do continente dos nativos, o processo de colonização apresentou uma série de acontecimentos que impactaram no direito à vida humana, se valendo ainda na ideia de forças biológicas, o racismo que facilmente é percebido nas relações interpessoais na contemporaneidade é, proveniente do período de colonização, por meio do processo de escravização dos negros vindos da África, seres humanos que apresentavam diferenças quanto a pigmentação cutânea eram julgadas inferiores intelectualmente e em tal inferioridade se valia o argumento da escravidão, diversas pessoas que viviam em outras realidades sociais no continente africano foram violentadas com o sequestro seguido de tráfico de pessoas, famílias inteiras eram dizimadas pela prerrogativa dos processos de dominação e de colonização, milhares de negros foram escravizados, pessoas diversas foram obrigadas a trabalhar de graça e exercerem obediência mediante a pena de castigo como surras, espancamentos, mutilações e até a morte.

Ainda compreendendo o que nos é apresentado nas teorias de ensino-aprendizagens contemporâneas sobre o processo de colonização do Brasil, os Portugueses “descobriram” um continente já habitado, portanto, não novo, o que põe fim na ideia de descoberta e surge o que podemos chamar de ocupação, ou apropriação.

O processo de colonização do Brasil, dada por essa ocupação, apresenta processos de dominação cultural que negam a condição de existência do outro, e das significações da realidade de outras sociedades, a colonização dos povos indígenas, e a

escravização dos povos trazidos da África negam os mitos, os ritos, as expressões e ralações das outras sociedades tradicionais preexistentes.

A educação formal construída e apresentada até parte do século XX ainda é resultado da perspectiva colonizadora de transmissão de conhecimentos, na contemporaneidade muito se tem avançado em pesquisa sobre as culturas tentando entender mais sobre esse romantismo criado pelos colonizadores no qual, os livros nos apresenta a liberdade dos escravos como um presente, uma concessão da coroa real.

Memórias pós-abolicionistas na contemporaneidade

A lei de abolição⁴ que deu fim à escravidão no Brasil é apresentada nos livros escolares e materiais pedagógicos da contemporaneidade como uma concessão e como uma generosidade de Portugal. É tentando entender a sociedade contemporânea, que surge inúmeros questionamentos históricos como a respeito da legitimidade da transmissão das informações sobre a descoberta, a escravidão e a libertação, e mais, questionasse como entender a miscigenação dos povos e as desigualdades sociais causadas por estes processos de colonização cultural. Assim é impossível entender o contemporâneo sem lançar um olhar aprofundado sobre as questões históricas que envolve o estudo das sociedades.

Na contemporaneidade, as artes cênicas e os estudos das performances contribuem significativamente na composição de produções artísticas de diversas linguagens e expressões. É a representação das realidades possíveis que se apresenta nas performances que possibilita ao espectador uma crítica social com maior abrangência, a exemplo dos questionamentos sociopolítico transmitidos através de peças teatrais e telenovelas.

O teatro configura o elemento clássico das artes cênicas, a representação de uma realidade montada e ensaiada possui em seu objetivo a “contação” de uma história, a narrativa de uma realidade ensaiada que possui público direcionado e dialoga diretamente com este, as telenovelas brasileiras na contemporaneidade apresenta estrutura que representa um fragmento social em torno de uma trama e que tem em seus personagens as mais diversas representações das identidades.

⁴ Lei Áurea ou Lei Imperial nº3.353, que extinguiu a escravidão no Brasil.

As novas tecnologias digitais possibilitaram um estreitamento entre o espectador e o objeto artístico, desde o rádio com as radionovelas seguindo pela televisão e as telenovelas e por último a internet com os blogs e redes sociais, as construções artísticas que são competente as artes cênicas assimilam cada vez mais a realidade do público que consome esta linguagem artística. Por uma estratégia mercadológica na qual se precisa atender a necessidade de consumo de um público para que este possa se identificar com o produto artístico e fidelizar o seu consumo.

É possível observar como a questão das representações das identidades diversas se tornaram algo marcante nas artes cênicas, isso atribui-se aos diversos movimentos de resistências, que historicamente conflitam com a hegemonia dos saberes colonialistas.

Entre 1960 e 1980, Marvin Carlson em seus estudos sobre performances pós-moderna apresentou o ambiente de surgimento da ideia de pós-modernidade nas artes cênicas, esse novo pensamento das ações sociais se deu pelos enfrentamentos políticos e sociais em que as linguagens artísticas do final do século XX, que apresentaram um novo modo de pensar a arte, e foi proposto pelo pós-modernismo, um pensar que se distanciava dos padrões clássicos que acompanhou a erudição do teatro e da dança até então.

A performance em que Marvin Carlson estuda surge em Nova York, fala sobre as performances pós-modernas que eclodiram a partir da década de 1960 em nova York, “é a performance envolvida com as preocupações, o desejo e mesmo a visibilidade dos normalmente excluídos por raça, classe ou gênero, pelo teatro tradicional ou mesmo pela performance moderada” (CARLSON 2010, p 163), que de um modo cronológico demonstra a situação política e histórica da sociedade de representar e se identificar por meio das artes cênicas.

É possível compreender o avanço e migração das performances por um caminho a revelar uma diversidade cultural, assim a ideia de pós-modernismo confronta o pensamento das identidades nacionais, desconstroem-se os ideais de identidades e novas formas de representação do indivíduo ganha potência, então o feminismo, os gays e transexuais, e os negros ganham notoriedade nos palcos por meio da reivindicação dos direitos fundamentais a humanidade como o reconhecimento ao direito de igualdade

social, tencionando ainda mais as discussões de raça e gênero e enfrentando os preconceitos.

Em diversas localidades no Brasil podemos observar em períodos históricos também distintos, o constante conflito entre forças de dominação e forças dominadas, diversos movimentos de resistência das minorias são compreendidos como forças contra hegemônicas construídas mediante os processos políticos complexos e que tiveram como diferencial para a conquista de título de resistência o fator popular, estas forças conflitantes, construíram ao longo do tempo uma nova realidade social, com resignificação do entendimento da diversidade das identidades e das culturas no Brasil.

O feminismo, o movimento de gays, lésbicas e afins, a luta dos povos indígenas, as lutas de classes e diversos outros conflitos entre forças dominadoras e forças dominadas teve início a partir da luta pela liberdade dos escravos, e se na contemporaneidade existe melhores possibilidades de autonomia indenitária nas sociedades é por conta de processos de resistência em que se originou desde a luta dos povos negros pela libertação da escravidão. A desconstrução de uma pedagogia hegemônica é fundada nos saberes narrados pelas culturas que sobrepõe as demais. Durante muito tempo, nas instituições formais, ouviu-se e leu-se sobre questões que inferiorizaram os povos indígenas, os trazidos da África e seus descendentes, os Afro-brasileiros.

A tradição popular é o elemento de prova, o que a matemática chamaria de prova dos nove, ou a contestação ou falseamento em métodos científicos. O conflito entre a os saberes tradicionais e os saberes formais nos complementam o entendimento sobre a sociedade, a repetição de rituais e celebrações culturais por meio de gerações garante a manutenção e a preservação da memória de uma sociedade; e entender a sociedade contemporânea é impossível sem o entendimento tradicional, pois a tradição configura a memória e conseqüentemente a história de uma determinada sociedade e um avanço da educação formal nesse sentido foi a criação da lei 10.639/03.

A Performance Nego Fugido

No Estado da Bahia, durante o século XIX, surge o Nego Fugido. Uma representação cênica e performática que reúne elementos do teatro, da dança, da música

e das artes visuais em reivindicação do reconhecimento da luta dos negros para a conquista da sua liberdade.

Uma cultura subversiva e tradicional construiu o processo revolucionário dos negros, em especial no Acupe de santo Amaro – Bahia. De modo oposto ao tratado como concessão da coroa, como a libertação dos escravos usualmente aparece ilustrando os livros de história do Brasil. Esta performance conta da perspectiva da população afro-brasileira as memórias da libertação dos povos trazidos de África e seus descendentes.

Esta negação a uma concessão é comprovada pela memória da cultura popular por meio da performance Negro Fugido, realizada desde 1850. Esta Expressão cultural composta por períodos e dividida em quatro ciclos básicos para o entendimento do processo de luta pela libertação dos negros, normalmente performatizados desde a preparação e mobilização dos participantes até a finalização na volta aos papéis de origem dos participantes.

No primeiro momento, a colheita da palhas de bananeira que se dá com ludicidade, onde as crianças aprendem a fazerem a composição de figurino que o performer irá dispor para a sua apresentação, seguida da pintura dos rostos com lama preta e o papel crepom para tonalizar a coloração vermelha nas bocas.

O segundo momento é de iniciação da performance, que através da dramatização, mostra a forma covarde como os negros eram contidos e abatidos a bala pelo simples fato de requererem seu direito de liberdade, negros que era abatidos por capitães do mato que serviam aos senhores de engenho, esta performance neste momento mostra também que muitos negros tiveram que comprar sua própria libertação com arrecadação de dinheiro e pagamento ao rei.

O terceiro momento é performatizado pela encenação do confronto entre a guarda do rei que equivalia ao poder de polícia em períodos pós-coloniais e as resistências negras organizadas para a libertação da escravidão, observa-se facilmente por meio desta performance o triunfo dos povos negros, em seguida o quarto período performático apresenta a rendição do rei e a solicitação a carta de alforria, que era o documento legitimador da liberdade dos negros do regime de escravidão, a performance

finaliza com a comemoração da conquista de luta, uma conquista colonizada que encobriu esta versão da história.

Nos livros didáticos assim como em diversos materiais pedagógicos da educação formal a liberdade merece ser recontada por um novo prisma, e as ciências sociais por meio de seus métodos pode cumprir o papel reparador na memória das culturas tradicionais. Os povos afro-brasileiros devem contar por si, suas histórias, oportunidades esta que lhes foram negadas por séculos.

A performance Nego Fugido apresenta em sua manifestação ritualística e imagéticas características e simbólicas que a configuram como patrimônio memorial de determinados povos. Tanto os indivíduos que integram o grupo quanto os que são plateia a tal espetáculo aprecia um show multi artístico que compreende desde o soar dos toques dos atabaques a confecção as indumentárias específicas, neste ponto a cultura popular revela sua real origem desde a exploração de elementos naturais como couro e palha nas roupas dos capitães dos mato como na manutenção das roupas dos reis e guarda real.

O simbólico construído pela relação entre figura e sentido, entendendo os estudos de performance pós-moderna da década de 1960 “O pós-moderno afirma o poder da figura de reclamar seu próprio espaço disruptivo, nem mais nem menos “universal” do que os outros” (CARLSON 2010, p 157), apresenta como fator crucial de entendimento desta performance, o simbólico que dialoga linearmente com a plateia, e faz da performance ferramenta essencial ao estreitamento entre a arte e o espectador, cada roupa outorga ao personagem que a usa um poder diferente, a plateia entende o signo do ser negro e escravizado através da leitura das roupas que o indivíduo usa, assim as correntes, os pés descalços e as calças brancas afirmam categoricamente um poder inferior ao que possui couro, palhas, chapéu e armamento.

Por sua vez o couro, a palha e o armamento do capitão do mato é, diferentemente, de menor valor de hierarquia em significado, numa compreensão simbólica na leitura da imagem dos conflitos de poderes que a padronização das roupas da guarda real, o rei por si é símbolo da soberania. Na interpretação da performance Nego Fugido, esta citada simbologia do vestuário descreve a previsibilidade da opressão resultante dos processos de colonização e permite ao espectador o entendimento do

espetáculo como uma força contra hegemônica, deixando claro por fim que “a tensão relativa a situação e a participação do espectador que introduz, por sua vez, questões irrelevantes de valor, a consciência de uma experiência no tempo e a rejeição da busca da essência de cada arte, em favor de uma mistura de fronteiras” (CARLSON 2010, p 143), estabelece os valores sociais inculcado em cada papel performatizado, e esta breve análise é uma expressão dos valores observados, reproduzidos pela sociedade com relação a tais papéis.

Considerações Finais:

A performatização de uma condição de cultura suprimida que é percebida na performance Negro Fugido, assim como a quebra de um sistema de opressão pela identificação e fortalecimento das classes populares, em especial da cultura afro-brasileira, quando ao fim da performance, nos leva a refletir sobre os atuais papéis desempenhados pela população afro-brasileira e todo processo de luta que estes enfrentaram no enfrentamento ao apagamento de sua cultura.

No conceito de performance pós-moderna analisada, a representação de uma realidade social é abordada de modo lúdico como encenações de alternativas e/ou possibilidades de resistência cultural. O Negro Fugido é a representação performática de um processo de construção de uma nova narrativa da memória da colonização, a reprodução e a apresentação desta manifestação cultural legitimam a função de memória do patrimônio cultural de um povo, cria um estratégias de ensino-aprendizagem novas e difunde os saberes entre gerações diversas. Esses saberes podem ser trabalhados de modo interdisciplinar no currículo das escolas do ensino formal, e a busca pelas possíveis metodologias de abordagem dessa performance, e suas memórias, deve compor atividades de pesquisa no âmbito educacional como forma de ação política para a educação.

REFERÊNCIAS:

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Antropologia: diversidade e educação*. Cuiabá/MT:UFMT, 1995.

CARSON, Marvin. **Performance – Uma Introdução Crítica**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

PEREIRA, Verônica Mendes. A arte indígena brasileira e a Lei 11645, de 10 de março de 2008. **Univ. Fumec**. Belo Horizonte. MG, nº. 7, ano 9. 2010.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. **Lei que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2008.